

O círculo vicioso da dívida

Edina

O ministro da Fazenda, Paulo Haddad, está condicionando a apresentação da sua nova política econômica à conclusão do acordo com os bancos credores. Estes, para fechá-lo, exigem a revitalização do acordo "stand by" com o Fundo Monetário Internacional (FMI). E, não bastasse, este organismo anunciou que, somente depois de o Brasil definir sua nova política econômica, estará disposto a iniciar conversações com o País para reanimar um acordo que dificilmente poderia ser ressuscitado. Como se vê, estamos diante de um círculo vicioso. Dele só vamos sair se alguma das partes citadas decidir abrandar suas exigências.

Quando as autoridades fazendárias já anunciam (sem ter consultado — cuidado! — o presidente da República...) que estão prevendo a inclusão de uma âncora cambial no seu programa econômico, pode-se entender a ansiedade do ministro em fechar o acordo com os bancos credores, o que nos permitirá melhor conhecer a evolução das nossas reservas internacionais nos próximos meses. Mas os bancos estrangeiros não participam dessa pressa, apesar de o "term sheet" concluído com o Comitê de Assessoramento dos Bancos ter previsto que os estabelecimentos que logo se manifestassem teriam uma vantagem, fixando ainda uma data-limite para que os credores se declarem quanto à proposta brasileira.

Estes enfrentam três problemas para chegar a uma conclusão. Em primeiro lugar, estão esperando o sinal verde do FMI: não pretendem apenas que os organismos internacionais — conforme acabam de fazer — indiquem que o Brasil está no bom caminho. Querem que o FMI volte

a reanimar o "stand by", o que este somente fará se tiver a certeza de que o novo governo está produzindo algo satisfatório. De fato, sem o acordo com o FMI, os bancos não se convencerão de que o Brasil disporá de recursos suficientes para oferecer garantias aos novos títulos a ser emitidos. Recursos esses que viriam do FMI, do Banco Mundial e do BID e seriam mantidos em reservas até a conclusão dos entendimentos.

Outra questão preocupa os bancos credores: cumprirá ao Senado decidir, em última instância, se as suas propostas serão aceitáveis, o que cria um fator suplementar de incerteza. É verdade que se previu, no "term sheet", que o Banco Central do Brasil poderá recusar as propostas dos credores se houver excessiva concentração num dos títulos sugeridos para a consolidação da dívida externa. O diálogo deveria transcorrer no plano técnico, mas com a ingerência do Senado as questões voltam a ser mais políticas.

Finalmente, os bancos estrangeiros estão muito preocupados com os eventos políticos (notadamente o resultado do plebiscito de 21 de abril), que podem agravar as dificuldades econômicas. Continua incerto, portanto, o fechamento do acordo.

